

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony / Calunda dos Santos Jorge / Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio / Denilson Genito Moisés dos Anjos / Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos / Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS: DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchipesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANalfabetismo À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque / Mário Jamba Artur / Daniel Marculino Muenho / Eugénio Chicapa / Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio / Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLOHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigues Lucau / Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac / Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto / Belkis Tomilson Garcia / Tomasa Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1 CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo / Domingos Tchinhama Mangundu / Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres





EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

Valquiria Souza Cardoso¹

RESUMO: A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e possui especificidades que impedem sua compreensão como preparação antecipada para o Ensino Fundamental. Este artigo analisa a Educação Infantil como território de direitos, experiências e relações, discutindo a articulação entre currículo, brincadeira, participação, literatura, espaços, diversidade, cuidado e documentação pedagógica. Trata-se de ensaio teórico-documental, de abordagem qualitativa, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na Base Nacional Comum Curricular, nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil e no Currículo da Cidade de São Paulo, em diálogo com estudos sobre infância, literatura, relações étnico-raciais e documentação pedagógica. A análise foi organizada em cinco eixos: concepção de criança e currículo; interações, brincadeira e participação; ambientes e experiências; diversidade e pertencimento; e observação, documentação e avaliação. Sustenta-se que a qualidade da Educação Infantil não decorre da presença isolada de materiais, projetos ou atividades, mas da coerência entre concepções, condições institucionais, organização dos tempos e espaços, formação profissional e possibilidades efetivas de participação das crianças. Conclui-se que garantir direitos na Educação Infantil exige superar tanto práticas escolarizantes quanto concepções assistencialistas, reconhecendo bebês e crianças como sujeitos que produzem culturas, interpretações e relações no presente.

Palavras-chave: educação infantil; direitos das crianças; currículo; qualidade e equidade; práticas pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil ocupa posição singular na Educação Básica. Embora esteja integrada ao sistema educacional, suas finalidades não podem ser definidas a partir de uma antecipação das formas escolares tradicionalmente associadas ao Ensino Fundamental. Bebês e crianças pequenas não frequentam creches e pré-escolas apenas para adquirir conhecimentos considerados necessários às etapas posteriores. Elas possuem direito, no presente, a experiências de convivência, brincadeira, participação, exploração, expressão e construção de conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

Essa compreensão resulta de um processo histórico de transformação das concepções de infância e das políticas educacionais brasileiras. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabeleceram as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas, consolidando uma perspectiva na qual cuidar e educar constituem dimensões indissociáveis do trabalho. A Base Nacional Comum Curricular manteve essa orientação e organizou a etapa em torno de direitos de aprendizagem e desenvolvimento e campos de experiências, afastando-se de uma estrutura baseada exclusivamente em disciplinas ou conteúdos fragmentados.

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia e Artes. Pós-graduação em Políticas Públicas na Educação Infantil. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo SME, PMSP.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, ampliando o debate ao relacionar qualidade da oferta a dimensões como gestão, infraestrutura, ambientes educativos, processos pedagógicos e condições de acesso e permanência. Em 2026, a atualização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil reforçou a importância de processos institucionais de reflexão e autoavaliação capazes de considerar não apenas resultados, mas também condições concretas de atendimento.

Esses documentos revelam uma mudança importante: a qualidade da Educação Infantil não pode ser medida apenas pela existência de vagas, pela presença de determinados materiais ou pela realização de atividades previamente definidas. Ela envolve a maneira como a instituição compreende a criança, organiza relações, distribui tempos, disponibiliza espaços, escolhe livros e brinquedos, acolhe diferenças, documenta experiências e constrói vínculos com famílias e territórios.

Entretanto, entre uma concepção declarada e sua realização cotidiana existem mediações. Uma instituição pode possuir amplo acervo literário e utilizar os livros apenas para transmitir lições morais. Pode ter parque e restringir sistematicamente seu uso. Pode afirmar que valoriza a participação infantil e manter todas as decisões concentradas nos adultos. Pode possuir brinquedos diversos e, simultaneamente, reproduzir expectativas diferenciadas em relação às crianças conforme raça, gênero, deficiência ou condição social.

Diante disso, este artigo parte da seguinte questão: quais elementos permitem compreender a Educação Infantil como território efetivo de direitos, e não apenas como espaço no qual esses direitos são formalmente reconhecidos?

O objetivo é analisar dimensões pedagógicas e institucionais que participam da concretização dos direitos das crianças, articulando documentos normativos e referenciais teóricos. A discussão não pretende oferecer um modelo único de prática, mas identificar princípios capazes de orientar decisões pedagógicas coerentes com as especificidades da Educação Infantil.

2. METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como ensaio teórico-documental, de abordagem qualitativa e natureza interpretativa. A escolha dessa modalidade decorre do objetivo de relacionar documentos normativos nacionais e municipais a contribuições teóricas sobre infância, currículo, literatura, relações étnico-raciais e documentação pedagógica.

O corpus documental foi composto pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; pela Base Nacional Comum Curricular; pela Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil; pelos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, em sua versão atualizada em 2026; e pelo Currículo da Cidade: Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

A seleção desses documentos considerou sua relação direta com os seguintes eixos: concepção de criança; currículo; interações e brincadeira; participação; diversidade; ambientes educativos; acompanhamento das aprendizagens; qualidade e equidade.

No campo teórico, foram mobilizadas contribuições relacionadas à escuta e documentação pedagógica, à literatura na infância, às relações étnico-raciais e à organização de experiências educativas. As fontes foram utilizadas de acordo com seus respectivos campos de contribuição, evitando atribuir a autores generalistas conclusões específicas que não tenham sido produzidas por seus estudos.

A análise foi organizada em cinco eixos: a) criança, currículo e direitos; b) brincadeira, participação e experiências; c) espaços, ambientes e natureza; d) literatura, diversidade e pertencimento; e) documentação pedagógica, avaliação e reflexão docente.

Por se tratar de ensaio teórico-documental, o estudo não produz dados empíricos sobre instituições específicas e não pretende afirmar que as práticas discutidas caracterizam todas as creches ou pré-escolas. Quando são indicadas possibilidades ou riscos pedagógicos, eles são apresentados como categorias de análise sustentadas pelos documentos e pela literatura examinada, e não como diagnóstico estatístico da Educação Infantil brasileira.

3. CRIANÇA, CURRÍCULO E DIREITOS

Compreender a Educação Infantil como território de direitos exige, inicialmente, definir que criança está sendo considerada. As Diretrizes Curriculares Nacionais afastam a concepção de criança como sujeito passivo a ser preparado para uma etapa futura. A criança é reconhecida como sujeito histórico e de direitos, que constrói identidade, relações e conhecimentos por meio das experiências vividas.

Essa concepção possui consequências curriculares. Se a criança interpreta, pergunta, brinca, imagina, cria hipóteses e participa das relações sociais, o currículo não pode ser organizado apenas como transmissão antecipada de conteúdos escolares. Ele precisa criar condições para que diferentes experiências possam ocorrer, articulando os conhecimentos trazidos pelas crianças aos patrimônios culturais, artísticos, científicos e sociais produzidos historicamente.

Na BNCC, essa orientação aparece nos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos não constituem uma lista de atividades a serem executadas separadamente. Uma mesma experiência pode mobilizar diferentes direitos. Ao participar do preparo de uma horta, por exemplo, uma criança pode explorar materiais, conversar com colegas, formular perguntas, observar transformações, tomar decisões e produzir registros.

O desafio pedagógico está justamente em não transformar os direitos de aprendizagem em novos itens burocráticos de uma ficha de planejamento. Sua função é orientar a análise da qualidade das experiências oferecidas.

Perguntar se uma proposta garante participação é diferente de registrar a palavra “participação” no plano. Significa observar se as crianças realmente puderam interferir em alguma dimensão da experiência. Perguntar se uma atividade favorece exploração significa verificar se havia algo a descobrir, comparar, experimentar ou transformar, e não simplesmente oferecer um material diferente.

A intencionalidade pedagógica, portanto, não se confunde com controle integral do resultado. O professor planeja condições, seleciona materiais, organiza ambientes e formula perguntas, mas precisa

permanecer disponível para aquilo que as crianças produzem de inesperado.

4. INTERAÇÕES, BRINCADEIRA E PARTICIPAÇÃO

Interações e brincadeira constituem eixos estruturantes da Educação Infantil. Essa afirmação, amplamente presente nos documentos oficiais, pode perder força quando transformada em fórmula. Brincar não é simplesmente reservar determinado horário para o parque ou utilizar jogos como recurso para ensinar conteúdos previamente definidos.

A brincadeira possui valor próprio como forma de ação, comunicação, experimentação e produção cultural das crianças.

No brincar, objetos podem receber novos significados, regras podem ser negociadas e papéis sociais podem ser experimentados. Uma caixa pode se tornar carro, casa ou embarcação. Um grupo pode inventar regras, entrar em conflito, modificar acordos e reorganizar sua própria atividade.

O papel do adulto não é ausentar-se desse processo nem conduzi-lo completamente. Sua intervenção pode ocorrer na organização do espaço, na escolha e diversificação dos materiais, na observação, na proteção de direitos e na ampliação das possibilidades da brincadeira.

Essa perspectiva também permite qualificar o conceito de protagonismo infantil.

Participação não significa que crianças decidam sozinhas tudo o que acontece na instituição. Há responsabilidades adultas relacionadas à segurança, ao cuidado, ao currículo e à organização coletiva. Entretanto, também não é adequado utilizar “protagonismo” quando todas as decisões relevantes já foram tomadas pelos adultos.

A participação pode ocorrer em graus e situações distintas: escolha de materiais, organização de ambientes, retomada de experiências, construção de regras, seleção de livros, formulação de perguntas, decisões sobre brincadeiras e interpretação de registros produzidos na instituição.

Assim, uma pedagogia participativa não elimina a autoridade profissional do adulto; transforma a maneira como essa autoridade é exercida.

5. ESPAÇOS, AMBIENTES E RELAÇÃO COM A NATUREZA

A qualidade das experiências infantis também depende das condições materiais da instituição.

Um espaço não é pedagogicamente potente apenas por existir. É necessário distinguir pelo menos três dimensões: existência, qualidade e possibilidade de uso.

Uma instituição pode possuir parque, mas mantê-lo inacessível durante grande parte da rotina. Pode ter área externa inteiramente cimentada e pouco diversificada. Pode possuir jardim, horta ou árvores, mas organizá-los apenas como elementos decorativos que as crianças não podem tocar.

Por isso, espaço externo e contato com a natureza não devem ser tratados como sinônimos.

Pátios, parques, solários, jardins, hortas, corredores, quadras e áreas abertas apresentam características distintas. A qualidade pedagógica desses ambientes depende das possibilidades de movimento, encontro, exploração, observação e transformação que oferecem.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2024 reforça a infraestrutura e os ambientes educativos como dimensões constitutivas da qualidade e da equidade. Isso desloca o debate: possuir ambientes adequados deixa de ser considerado mero complemento arquitetônico e passa a integrar as condições de garantia do direito à Educação Infantil.

Essa perspectiva também exige considerar desigualdades. Não se deve naturalizar que determinadas crianças tenham acesso cotidiano a ambientes amplos, arborizados e diversificados enquanto outras permaneçam em espaços reduzidos e pouco adequados.

Ao mesmo tempo, a existência de boas condições físicas não garante automaticamente boas práticas. O acesso depende das concepções dos adultos, da organização da rotina e da compreensão institucional sobre risco, movimento, exploração e autonomia. A pedagogia dos espaços, portanto, articula infraestrutura e decisão pedagógica.

6. LITERATURA, CULTURA ESCRITA E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

A literatura ocupa lugar importante na Educação Infantil, mas seu valor não deve ser reduzido à preparação para a alfabetização.

Livros podem contribuir para a aproximação das crianças com a cultura escrita, mas a experiência literária inclui dimensões que ultrapassam a aprendizagem do sistema de escrita: imaginação, humor, medo, conflito, beleza, estranhamento, memória e descoberta de outras formas de viver.

Colomer destaca a literatura infantil como experiência cultural e formativa, e não apenas como instrumento de transmissão de conteúdos. Essa distinção é especialmente relevante na Educação Infantil.

Uma história não precisa obrigatoriamente terminar em atividade sobre cores, números, comportamento ou moral. Em muitos casos, conversar sobre o que surpreendeu, ouvir interpretações diferentes ou simplesmente permitir que a narrativa continue produzindo sentidos pode constituir mediação mais potente.

A formação leitora também não deve considerar as crianças apenas como “futuros leitores”. Mesmo antes da leitura convencional, elas observam ilustrações, antecipam acontecimentos, recuperam trechos, recontam histórias e participam das interpretações construídas coletivamente.

A organização do acervo importa.

Disponibilizar livros não é suficiente se eles permanecem inacessíveis, excessivamente controlados ou submetidos apenas à escolha adulta. Ao mesmo tempo, qualidade não significa simplesmente quantidade.

É necessário considerar diversidade estética, temática, cultural e autoral. Isso nos conduz diretamente ao problema da representatividade.

7. DIVERSIDADE, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

Uma Educação Infantil comprometida com direitos não pode tratar diversidade como tema destinado a datas comemorativas.

As relações sociais atravessadas por raça, pertencimento cultural, gênero, deficiência e diferentes configurações familiares também aparecem na infância. Livros, brinquedos, imagens, falas dos adultos e organização dos espaços comunicam às crianças quais sujeitos são reconhecidos, valorizados ou invisibilizados.

Cavalleiro mostrou, em suas pesquisas sobre relações raciais na infância e no cotidiano escolar, que o silêncio diante de discriminações não significa neutralidade. A ausência de intervenção pode contribuir para a continuidade de desigualdades.

Gomes, ao discutir corpo, cabelo e identidade negra, contribui para compreender que características corporais não possuem significados sociais fixos ou naturais. Esses sentidos são construídos nas relações e nos referenciais culturais disponíveis.

Na Educação Infantil, isso exige mais do que incluir ocasionalmente uma boneca negra ou uma história protagonizada por personagem indígena.

Representatividade é importante, mas não produz efeitos automáticos sobre autoestima, identidade ou pertencimento.

Uma instituição pode possuir acervo diversificado e continuar reproduzindo expectativas negativas sobre determinadas crianças. Por isso, materiais precisam ser analisados junto às relações cotidianas.

Também é necessário reconhecer a diversidade dos povos indígenas, evitando apresentá-los como população homogênea ou pertencente exclusivamente ao passado. Autoria indígena, identificação dos diferentes povos e reconhecimento da contemporaneidade das populações originárias podem contribuir para romper práticas escolarizadas baseadas em caricaturas.

Desse modo, educação para as relações étnico-raciais não deve constituir projeto adicional. Ela integra a própria definição de qualidade e equidade.

8. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

Se a Educação Infantil valoriza processos, experiências e múltiplas linguagens, sua avaliação também precisa ser coerente com essa concepção.

Documentar não significa acumular fotografias, desenhos ou relatórios.

Rinaldi compreende a documentação como processo de escuta e construção de significados. Dahlberg, Moss e Pence ressaltam que todo registro envolve seleção e interpretação. O adulto escolhe o que observar, o que fotografar, o que escrever e o que tornar visível.

Essa compreensão impede que a documentação seja tratada como representação neutra da criança.

Um registro torna-se pedagogicamente relevante quando ajuda a formular perguntas e orientar novas decisões.

A documentação pode, por exemplo, permitir que o professor observe como as crianças reorganizaram uma brincadeira, quais hipóteses elaboraram durante uma investigação ou como determinadas relações se modificaram ao longo do tempo.

A finalidade não é classificar crianças nem verificar se todas atingiram comportamentos idênticos. Trata-se de acompanhar percursos, compreender processos e replanejar condições de aprendizagem.

Entretanto, a documentação também pode ser burocratizada. Quando a prioridade passa a ser quantidade de fotografias, preenchimento de formulários ou produção de evidências para adultos, perde-se sua potência investigativa.

Assim, a questão não é apenas registrar, mas perguntar:

- o que este registro nos ajuda a compreender?
- Que interpretação o adulto está construindo?
- Que outras leituras são possíveis?
- Como as crianças podem participar dessa interpretação?
- O que precisa ser reorganizado no planejamento?

Essas perguntas tornam a documentação parte do trabalho pedagógico, e não produto final destinado apenas à prestação de contas.

9. QUALIDADE E EQUIDADE COMO RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

Um dos avanços mais importantes das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade de 2024 está em afastar a ideia de que a

qualidade depende exclusivamente da atuação individual de cada professora ou professor.

Qualidade envolve:

- gestão;
- formação profissional;
- infraestrutura;
- condições de trabalho;
- ambientes;
- currículo;
- organização institucional;
- participação;
- relações com famílias e território.

Isso não reduz a responsabilidade docente, mas impede sua individualização.

Uma professora pode realizar trabalho cuidadoso e ainda encontrar limitações de espaço, tempo, equipe ou recursos que não controla. Da mesma forma, uma instituição pode possuir infraestrutura adequada e não transformar essas condições em experiências pedagogicamente qualificadas.

Por isso, qualidade e equidade precisam ser analisadas simultaneamente.

Não basta perguntar se determinada oportunidade existe na rede. É necessário perguntar para quais crianças existe, com que frequência, em quais condições e com quais possibilidades de participação.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil oferecem justamente uma possibilidade de construir esse olhar de maneira coletiva, envolvendo profissionais, famílias e comunidade nos processos de reflexão sobre a instituição.

A autoavaliação, porém, só ganha sentido quando pode gerar decisões.

Identificar um problema de acesso aos espaços externos sem reorganizar rotinas produz pouco efeito. Reconhecer que o acervo não representa diferentes grupos sociais sem rever critérios de aquisição mantém a desigualdade identificada. Constatar que a documentação se tornou burocrática exige modificar procedimentos e finalidades. Avaliar qualidade implica, portanto, disposição institucional para mudar.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender a Educação Infantil como território no qual direitos precisam adquirir materialidade cotidiana. Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se não são princípios abstratos nem elementos decorativos de documentos curriculares. Eles dependem da forma como os adultos organizam ambientes, relações, tempos, materiais e possibilidades de escolha.

A literatura examinada e os documentos normativos também mostram que qualidade não pode ser reduzida à existência isolada de determinadas práticas. Uma horta não garante educação ambiental. Um parque não garante exploração. Uma biblioteca não garante experiência literária. Uma boneca negra não garante educação antirracista. Fotografias não garantem documentação pedagógica.

O potencial educativo desses elementos depende das relações construídas em torno deles.

Nesse sentido, intencionalidade pedagógica não significa antecipar resultados ou controlar todas as ações das crianças. Significa organizar condições, observar processos, interpretar acontecimentos e replanejar experiências a partir do que efetivamente ocorre.

A perspectiva de qualidade e equidade amplia ainda mais essa responsabilidade ao demonstrar que o direito das crianças depende de condições que ultrapassam a atuação individual do professor. Infraestrutura, formação, gestão, recursos, políticas públicas e organização institucional interferem nas possibilidades de concretização das propostas pedagógicas.

Também é necessário reconhecer os limites deste ensaio. Por sua natureza teórico-documental, ele não permite concluir como esses princípios se concretizam no conjunto das instituições brasileiras nem medir o efeito de práticas específicas sobre o desenvolvimento das crianças. Estudos empíricos continuam necessários para compreender como diferentes redes, territórios e unidades constroem suas experiências e quais condições favorecem ou dificultam a garantia dos direitos.

Ainda assim, um princípio pode ser sustentado: a especificidade da Educação Infantil não está em fazer menos do que as outras etapas, mas em fazer de outro modo, coerente com os sujeitos que atende.

Garantir uma Educação Infantil de qualidade significa reconhecer bebês e crianças como pessoas que vivem a infância no presente, capazes de brincar, criar, interpretar, perguntar, participar e transformar os ambientes dos quais fazem parte.

Esse reconhecimento talvez seja um dos critérios mais importantes para avaliar uma instituição: não apenas aquilo que ela ensina às crianças, mas quanto espaço oferece para que elas possam existir plenamente como crianças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2026.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- COLOMER, Teresa. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. São Paulo: Global, 2017.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME/COPED, 2019.



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequi	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

